

Como oferecer o **património cultural**: O caso do conjunto arquitetónico dos Clérigos

FÁBIO LOURENÇO * [fabiolourenco19673@hotmail.com]

CARLOS COSTA ** [ccosta@ua.pt]

Resumo | O presente artigo visa discutir as temáticas do património cultural e do turismo, concretamente, refletir sobre a forma como o turismo oferece o património cultural. Considerando o caso específico do conjunto arquitetónico dos Clérigos, ambiciona-se problematizar a questão da oferta do património cultural em Portugal. De forma a concretizar os objetivos propostos, analisa-se um conjunto de guias de informação turística para perceber como 'olham' e 'oferecem' o património cultural em questão. O trabalho divide-se em dois momentos: no primeiro identificam-se os aspetos relativos ao conjunto arquitetónico dos Clérigos presentes nos guias de informação turística analisados e no segundo procede-se a um conjunto de reflexões relativas ao conteúdo dos guias e à questão da oferta do património cultural pelo turismo.

Palavras-chave | Turismo, Património cultural, Igreja e Torre dos Clérigos, Porto.

Abstract | The present article aims to discuss the themes of tourism and cultural heritage. More precisely, it reflects on the way tourism presents cultural heritage. The issue of how to promote cultural heritage in Portugal is discussed while considering the specific case of the *Clérigos* architectural ensemble. In order to achieve the proposed objectives, a set of tourist information guides are analysed to perceive how they 'see' and 'offer' this cultural heritage. The work is divided into two parts: the first identifies the aspects relative to the *Clérigos* architectural ensemble found in the analysed tourist information guides and the second presents a set of reflections regarding their specific content and rises the question of how tourism presents cultural heritage.

Keywords | Tourism, Cultural heritage, *Igreja* and *Torre dos Clérigos* (*Clérigos Church and Tower*), Oporto.

* **Doutorando em Turismo** na Universidade de Aveiro. **Mestre em Administração e Gestão Pública** pela Universidade de Aveiro.

** **Doutorado em Turismo** pela Universidade de Surrey (Reino Unido). **Professor Catedrático** no Departamento de Economia e Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

1. Introdução

“Ao Visitante

Entrego-te as chaves da cidade

A chave da torre que do alto nos abre

O voo das aves e os pórticos do mar

A chave das muralhas do burgo antigo

Que nos abre os mistérios do rio

A chave viva dos arcos da ribeira

Na livre explosão das falas do povo

E a chave de cais, senhora zelando

Os tesouros do sol no ouro do vinho.”

(Luís Veiga Leitão in Torgal & Ferreira, 2001)

“A torre dos Clérigos é o Porto espremido para cima.”

(Teixeira de Pascoaes in Dionísio, 1964)

“A cidade sobe sempre em todas as direcções até à Torre dos Clérigos.”

(Almada Negreiros in Duarte & Ferreira, 2007)

O presente estudo incide sobre o conjunto arquitetónico dos Clérigos, formado por uma igreja, uma torre e uma enfermaria. A escolha prende-se com o facto de se entender que o conjunto arquitetónico dos Clérigos constitui um excelente objeto de estudo para se analisar e discutir as temáticas do património cultural e do turismo. Este conjunto arquitetónico consiste num campo amplo e multidimensional, que possibilita perceber como o património cultural se relaciona com outras dimensões da realidade social – por exemplo, as dimensões económica, histórica, sociológica, antropológica, turística e arquitetónica. Devido ao seu carácter multidimensional, pode-se mesmo dizer que o conjunto arquitetónico dos Clérigos constitui um ‘objeto social total’ na aceção de Marcel Mauss – um pouco à semelhança ao que Aníbal Frias considerou em relação à Praxe Académica de Coimbra quando a estudou (Frias, 2003, p. 82).

O conjunto arquitetónico dos Clérigos situa-se na rua dos Clérigos, Porto, em Portugal, e é classificado monumento nacional (Almeida & Belo, 2006). É um dos locais da cidade do Porto que mais atrai

visitantes – no ano de 2012 subiram à torre cerca de 150 mil pessoas (Costa, 2013, p. 98). A Torre dos Clérigos foi, não raras vezes, mencionada por alguns autores portugueses quando escreveram sobre a cidade do Porto – como se pode ver nos trechos destacados no início deste trabalho. Durante o ano de 2013 ocorreram as comemorações dos 250 anos da Torre dos Clérigos, que se traduziram num conjunto alargado e diversificado de ações (exposições, concertos musicais, lançamentos de livros, etc.).

A ideia geral desta reflexão passa por tentar perceber como o conjunto arquitetónico dos Clérigos é ‘olhado’ e descrito do ponto de vista do turismo, bem como refletir sobre as lógicas por detrás dessas descrições. Deste modo, considera-se que os guias de informação turística constituem uma excelente fonte de informação para a concretização dos objetivos propostos. Na análise dos guias de informação turística será importante verificar se existem diferenças na forma como estes ‘olham’ para o conjunto dos Clérigos, bem como identificar as razões das mesmas. Será interessante, por exemplo, apurar se existem diferenças ao longo do tempo na forma como se ‘olha’ e descreve o património em análise.

O presente estudo subdivide-se em dois grandes momentos: o primeiro consiste na identificação dos principais aspetos referentes ao conjunto arquitetónico dos Clérigos salientados pelos guias de informação turística alvo de análise; no segundo proceder-se-á a um conjunto de reflexões, onde se procurará discutir a oferta do património cultural pelo turismo e dos conteúdos dos guias de informação turística destacados.

2. Análise dos guias de informação turística

2.1. Introdução

Os guias analisados (aproximadamente vinte) são todos aqueles a que se teve acesso e que continham alguma informação relativa ao conjunto ar-

quitetónico dos Clérigos. O intervalo temporal entre o guia de informação turística mais antigo e o mais recente é cerca de 150 anos. Todavia, a maioria dos guias analisados foi publicada nos últimos 20 anos.

Quanto ao método utilizado, optou-se por realizar uma análise conjunta dos guias, na medida em que a análise individual dificultaria a perceção e assimilação da sua informação. Assim, depois da análise do conteúdo dos guias, procedeu-se à criação de diferentes categorias temáticas que permitissem arrumar os aspetos evidenciados por cada um dos guias.

A análise dos guias é dividida em duas partes: na primeira, denominada por aspetos gerais, identificar-se-ão os pontos mais comuns evidenciados pelos guias relativamente ao conjunto dos Clérigos; na segunda, designada por aspetos específicos, apresentar-se-ão alguns factos que são menos salientados pelos guias analisados, mas que podem não ser menos importantes que os primeiros para o entendimento do património em estudo.

2.2. Aspetos gerais

Um dos principais aspetos sobre o conjunto dos Clérigos destacado pelos guias analisados tem a ver com um grupo de números a si associados. A altura da torre é o principal número enunciado: uns optam pela sua referência exata, que é 75,60 metros (Albessard, 2001; Couto, 1992; Duarte & Ferreira, 2007; Silva, 1986); enquanto outros optam pelo seu arredondamento – 75 metros – (Barbosa, 1864; Dionísio, 1964; Fonseca, Fonseca & Veloso, 2009; Magalhães & Charters, 1999; Medina, 1980; Miranda, 1987; Sequeira, 1902; Veloso, Fonseca, & Fonseca, 2012). Ainda a respeito da altura da torre, é mencionada a ideia de que devido à sua elevada altura e sendo na época o edifício mais elevado da

cidade servia de farol para os barcos que se aportavam na Ribeira (Albessard, 2001; Medina, 1980). Pimentel (1877) e Sequeira (1902) acrescentam que a torre era a mais alta de Portugal e que era visível no mar até 50 quilómetros de distância. Outro número enunciado nos guias é o dos degraus da torre – 240 –, que permitem a quem a visite subir ao seu topo (Albessard, 2001; Couto, 1992; Dionísio, 1964; Sequeira, 1902; Veloso et al., 2012). Albessard (2001) e Duarte e Ferreira (2007) referem que o esforço da subida da escadaria até ao topo da torre é recompensado com uma vista única da cidade do Porto. Um último número relativo à torre corresponde ao número de andares que a constituem – 6 andares (Duarte & Ferreira, 2007; Fonseca et al., 2009; Medina, 1980; Miranda, 1987; Veloso et al., 2012).

As datas relativas ao conjunto dos Clérigos consistem noutro grande grupo de referências por parte dos guias analisados. As datas mais referidas dizem respeito ao início e ao término da edificação do conjunto arquitetónico – de 1732 a 1773 (CMPorto, 2001, 2012; Magalhães & Charters, 1999; Pereira, 2007). A construção da igreja teve início em 1732 e acabou cerca de 1750¹ (Albessard, 2001; Couto, 1992; Dionísio, 1964; Pereira, 2007). Já a construção da torre começou em 1754 e terminou em 1763 (Albessard, 2001; Duarte & Ferreira, 2007; Pereira, 2007; Veloso et al., 2012). Ao longo desse período também foi construída a enfermaria que faz parte do conjunto edificado (Pereira, 2007). As obras terminaram em 1773, com a ampliação da capela-mor, que havia sido iniciada em 1967 (Pereira, 2007). O intervalo temporal de 1734-1745 é igualmente mencionado, devido a corresponder ao período em que houve uma interrupção das obras de construção (Duarte & Ferreira, 2007).

Outro aspeto salientado é o grupo de pessoas que foram importantes na construção do conjunto dos Clérigos. A principal personalidade enunciada é Nicolau Nasoni, que foi o arquiteto responsável pela conceção do projeto e direção da construção do mesmo (Barbosa, 1864; CMPorto, 1994, 2001, 2012; Couto, 1992; Dionísio, 1964; Fonseca et al.,

¹ Relativamente à data da conclusão da igreja os autores não são consensuais – uns consideram que as obras terminaram em 1749 (quando a obra foi dada como pronta) e outros defendem que as obras se concluíram em 1750 (momento da conclusão da frontaria).

2009; Magalhães & Charters, 1999; Medina, 1980; Miranda, 1987; Pimentel, 1877; Sequeira, 1902; Silva, 1986; Veloso et al., 2012). Esta obra é considerada amplamente como a obra com mais projeção do arquiteto (Albessard, 2001; CMPorto, 1994, 2001; Fonseca et al., 2009; Magalhães & Charters, 1999; Pereira, 2007). Nicolau Nasoni (1691-1773) nasceu na Toscana, Itália (Couto, 1992; Duarte & Ferreira, 2007). Em 1725 foi trazido pelo Deão da Sé do Porto, D. Jerónimo de Távora e Noronha, como pintor para as obras da Sé Catedral do Porto. Contudo, o artista italiano viria a destacar-se sobretudo como arquiteto (Albessard, 2001; Couto, 1992). Segundo Albessard (2001), as suas obras de cariz barroco marcam a cidade do Porto (por exemplo, as pinturas de perspectiva arquitetónica na capela-mor e sacristia da Sé do Porto e o projeto do Palácio do Freixo). Para Medina (1980, p. 200), Nasoni marcou uma época, na qual criou o "... 'barroco nortenho', imprimindo ao granito local, surpreendente plasticidade e volume de expressão". Em 1773, Nicolau Nasoni morre, sendo sepultado na Igreja dos Clérigos (Albessard, 2001; Duarte & Ferreira, 2007; Medina, 1980). Os mestres pedreiros responsáveis pela edificação dos Clérigos também são mencionados. O mestre António Pereira foi o primeiro responsável pela construção, sendo substituído pelo mestre Miguel Francisco e este pelo mestre Manuel António Sousa (Pereira, 2007). O autor do retábulo da capela-mor – Manuel dos Santos Porto – é igualmente referido (Couto, 1992; F. Lopes, 1895; Silva, 1986).

Os aspetos relacionados com a arquitetura do conjunto dos Clérigos são também focados pelos guias. O principal ponto arquitetónico mencionado é a planta exterior oitavada e a planta interior elíptica (Albessard, 2001; Duarte & Ferreira, 2007; F. Lopes, 1895; Fonseca et al., 2009; Medina, 1980; Miranda, 1987; Sequeira, 1902). A fachada da igreja é também salientada (Albessard, 2001; Duarte & Ferreira, 2007; Medina, 1980; Silva, 1986). Para Medina (1980), esta fachada é monumental devido a ser decorada por exuberante ornamentação – por exemplo, frontões, volutas, conchas, etc.. Já Albessard (2001),

refere que a fachada é tipicamente 'nasoniana'. O retábulo que decora a capela-mor é também aludido nos guias, que indicam que é executado em mármore policromo (Albessard, 2001; Duarte & Ferreira, 2007; Fonseca et al., 2009; Medina, 1980; Miranda, 1987; Sequeira, 1902).

O estilo barroco da arquitetura do conjunto dos Clérigos é igualmente referido (Albessard, 2001; Couto, 1992; Dionísio, 1964; Medina, 1980; Miranda, 1987; Pereira, 2007; Silva, 1986; Veloso et al., 2012). Alguns guias consideram que esta obra é o símbolo do barroco portuense – ou do Porto barroco – (Albessard, 2001; Dionísio, 1964; Pereira, 2007); ou até mesmo símbolo do barroco nortenho (Medina, 1980; Miranda, 1987). Para Dionísio (1964) e Albessard (2001), o Porto barroco é marcadamente influenciado por Nicolau Nasoni. Dionísio (1964) chega mesmo a referir que se trata de uma genuína obra-prima do barroco português, bem como de um paradigma da audácia barroca.

A iniciativa da construção do conjunto dos Clérigos esteve a cargo da Irmandade dos Clérigos e, por conseguinte, essa informação é veiculada pelos guias (CMPorto, 2001, 2012; F. Lopes, 1895; Fonseca et al., 2009; Magalhães & Charters, 1999; Pereira, 2007). A Irmandade dos Clérigos, cuja fundação remonta a 1707, resulta da fusão de três confrarias, que trabalhavam em prol do clero pobre (Pereira, 2007).

Uma outra categoria de referências está relacionada com algumas considerações – providas de adjetivos – proferidas nos guias analisados relativamente ao conjunto dos Clérigos. Uma delas é considerar que o conjunto arquitetónico dos Clérigos é um *ex-libris* da cidade do Porto (Albessard, 2001; CMPorto, 2001, 2012; Fonseca et al., 2009; Magalhães & Charters, 1999; Pereira, 2007; Veloso et al., 2012). Deste modo, o conjunto dos Clérigos – fundamentalmente, a torre – é, não raras vezes, utilizado para simbolizar a cidade (Duarte & Ferreira, 2007; Pereira, 2007). Outra consideração mencionada é a questão do conjunto arquitetónico dos Clérigos ser apontado o expoente do barroco portuense (Albessard, 2001; CMPorto, 1994; Dionísio, 1964; Pereira, 2007) e

até mesmo do Norte de Portugal (Miranda, 1987). A este respeito, Dionísio (1964) tece duas apreciações relativas à torre: (i) é a genuína obra do barroco portuense; (ii) é o farol do barroco portuense. Ainda em relação à Torre dos Clérigos, Pimentel (1877) considera-a magnífica. Já Barbosa (1864) inclui-a entre as principais da Europa – Bristol, Riga, Bolonha, etc. – e refere que é a torre mais bem lavrada do reino devido a ser toda de cantaria e possuir vários campanários com 12 sinos. Por sua vez, Miranda (1987) salienta as suas linhas esbeltas, qualificando-a simultaneamente austera e exuberante. A apreciação da fachada da Igreja dos Clérigos também é incluída nas descrições dos guias. Para Miranda (1987), a frontaria da igreja consiste num conjunto de rara beleza e Sequeira (1902) considera-a elegante e de ordem composta. Na mesma linha de argumentação, Silva (1986) aprecia como bonita a fachada da igreja. Barbosa (1864) destaca a eminência da Igreja que contribui para realçar notavelmente o seu exterior e a sua forma arquitetónica. Por seu lado, Couto (1992) refere que, apesar de ser pesada e imponente, a frontaria barroca é muito interessante.

2.3. Aspetos específicos

Nesta parte do trabalho enunciar-se-ão determinados aspetos que, apesar da sua pouca evidência nos guias de informação turística analisados, podem ser relevantes para um entendimento mais completo do património cultural em estudo.

O primeiro ponto tem a ver com um conjunto de escaladas à Torre dos Clérigos empreendidas por algumas pessoas. Uma das escaladas mais singulares foi a dos acrobatas espanhóis, José Puertollano e Miguel Puertollano – pai e filho (Couto, 1992; Dionísio, 1964; Duarte & Ferreira, 2007). É importante referir que esta escalada foi realizada no dia 23 de Outubro de 1917, e toda ela foi efetuada sem recorrer a cordas ou algo similar, isto é, apenas utilizaram o seu corpo (Couto, 1992). Segundo Duarte e Ferreira (2007), uma multidão de cerca de 150 mil pessoas

presenciaram esta escalada, que assistiu com grande entusiasmo e suspirou sobretudo quando Miguel Puertollano esteve na iminência de cair. Todavia, a escalada teve sucesso e os seus protagonistas depois de chegarem ao topo da Torre voltaram a surpreender a assistência quando tomaram chá e bolachas e, de seguida, lançaram inúmeros prospektos que anunciavam as novas bolachas ‘Invicta’. Toda esta iniciativa se deveu a uma operação de publicidade criada por Raul Caldevilla – apelidada de “um chá nas nuvens”. Uma outra curiosidade relativa a esta escalada é o facto de os acrobatas antes da subida à Torre dos Clérigos serem conhecidos por ‘*Los Espartelanos*’ e depois tal proeza passaram a ser os ‘*Los Portulanos*’ (Couto, 1992).

Quanto aos episódios relacionados com escaladas da Torre, vale a pena salientar dois protagonizados por António Dias de Azevedo. Em 21 de fevereiro de 1919, António Dias de Azevedo, um jovem portuense de 19 anos, subiu por puro divertimento ao topo da Torre para colocar a bandeira monárquica, uma vez que o monárquico Augusto Lobo d’Ávila e alguns marinheiros que o acompanhavam não o conseguiram. Tal proeza levou ao delírio dos presentes. Até o monárquico Paiva Couceiro quis felicitar o jovem pelo sucedido. Porém, a aventura de António Dias de Azevedo não ficou por aqui, pois foi obrigado a comprar uma bandeira republicana e colocá-la no lugar da bandeira monárquica que tinha hasteado – essa entretanto tinha sido destruída a tiro. Todavia, o jovem não possuía dinheiro para comprar a dita bandeira e, por conseguinte, teve que recorrer à família do monárquico Lobo d’Ávila – que entretanto tinha fugido – para lhe emprestarem a bandeira republicana que tinham içada na sua casa. Depois de ter a bandeira republicana em sua posse, o jovem dirigiu-se à Torre dos Clérigos e mais uma vez procedeu à sua escalada para a colocar (Couto, 1992).

Couto (1992) salienta outra curiosidade sobre a Torre dos Clérigos relacionada com a esfera que suporta a cruz – a qual já não é a original – que se encontra no topo da Torre. No ano de 1862, devido a um violento temporal, a referida esfera caiu e foi pa-

rar ao Largo dos Lóios. Porém, a esfera foi recolocada no seu sítio natural, voltando a coroar a Torre. Barbosa (1864) confirma este episódio, referindo ainda um forte temporal que já havia destruído uma pequena parte da Torre em 1834, acontecimentos que levaram à colocação um mecanismo para evitar que os raios das fortes tempestades repetissem tais estragos.

Hélder Pacheco (1992) destaca dois acontecimentos que decorreram próximos do conjunto dos Clérigos, os quais estão relacionados com o declive da Rua dos Clérigos. O primeiro consistiu num acidente que envolveu um camião carregado de vinho e que levou à destruição da sua carga. Segundo Pacheco (1992, p. 122), a carga perdeu-se pela valeta, “para desespero dos passantes *copofones* que viam o *precioso* líquido ser tragado pelas gargantas dos bueiros”. O segundo envolve um carro elétrico. Era comum estes meios de transporte perderem os travões quando desciam a íngreme Rua da Assunção e atingirem velocidades loucas pela Rua dos Clérigos abaixo. No dia 28 de Novembro de 1907, um elétrico que descia a Rua das Carmelitas perdeu o controlo e teve um violento acidente que vitimou uma pessoa e feriu outras. O dito elétrico entrou numa loja de fazendas designada por A Vianeza, que a partir do acidente ficou a ser conhecida vulgarmente como a loja do Elétrico.

Duarte e Ferreira (2007) e Veloso et al. (2012) referem uma informação também interessante, que é o facto de no projeto inicial do conjunto arquitetónico dos Clérigos estar programada a edificação de duas torres gémeas. Porém, só se erigiu uma torre devido a um conjunto de decisões superiores.

3. Reflexões e considerações

3.1. Reflexões relativas ao conteúdo dos guias analisados

No que se refere ao conteúdo dos guias analisados, a dimensão arquitetónica do conjunto dos Clérigos e o autor do projeto – Nasoni – são os

elementos mais destacados. O barroco portuense é outro aspeto bastante salientado, o qual está relacionado fortemente com os dois elementos mais destacados. Por outro lado, certos aspetos são negligenciados, tais como: o grupo social responsável pela edificação – o clero portuense; o grande impulsionador, D. Januário de Távora e Noronha; as vivências em torno do conjunto arquitetónico dos Clérigos; a enfermaria dos Clérigos; etc.. Em termos gerais, as narrativas dos guias sobre o conjunto dos Clérigos tendem a privilegiar o património edificado – o visível, o material – em relação ao património não-edificado – ao invisível, ao imaterial.

Um dos nossos objetivos principais deste estudo era perceber se ao longo do tempo existiram diferenças significativas na forma como os guias de informação turística ‘olhavam’ e ‘ofereciam’ o conjunto arquitetónico dos Clérigos. Essa análise comparativa permitiu observar três diferenças. A primeira é respeitante ao facto dos quatro guias mais antigos (Barbosa, 1864; F. Lopes, 1895; Pimentel, 1877; Sequeira, 1902) não mencionarem o estilo barroco do conjunto arquitetónico dos Clérigos. Todavia, essa omissão pode não ser fruto do acaso, uma vez que poderá estar relacionada com movimentos mais amplos presentes na época da elaboração desses guias. Por exemplo, Rosmaninho (2009) indica que existia na Europa oitocentista uma aversão ao estilo barroco e um grande apreço pelo estilo gótico. De acordo com o autor, em Portugal, até cerca de 1960, o barroco é criticado (salvo raras exceções) por refletir o absolutismo político, pelo seu ‘pedantismo’ e ‘extravagância’, bem como pelas deturpações que infligiu em monumentos medievais. Assim sendo, o pouco destaque do conjunto arquitetónico dos Clérigos proporcionado por esses guias de informação turística, ou a não alusão ao seu estilo barroco, poderão ser resultantes do facto de na época da sua publicação se privilegiar pouco (ou nada) o estilo barroco.

A segunda diferença reside no facto de nos três guias mais antigos (Barbosa, 1864; F. Lopes, 1895; Pimentel, 1877) a Torre dos Clérigos, embora bas-

tante elogiada, ser apresentada como um elemento anexo à Igreja dos Clérigos. Porém, nos restantes guias analisados a Torre dos Clérigos alcança uma dimensão própria, e, não raras vezes, é-lhe dada uma ênfase superior à da Igreja. É interessante ver como a Torre dos Clérigos se ‘autonomizou’ relativamente à Igreja nos 150 anos que separa o guia mais antigo do mais recente, o que pode ser explicado por diversas razões, de diferentes naturezas. Este destaque poderá estar relacionado com a própria singularidade da Torre dos Clérigos, desde a sua arquitetura até à sua altura; poderá estar ligado ao facto de na cidade do Porto existirem igrejas que se destacam mais do que a dos Clérigos levando a que o conjunto arquitetónico seja conhecido fundamentalmente pela sua Torre; ou mesmo porque uma igreja está relacionada tradicionalmente a uma religião, enquanto uma torre mantém uma certa neutralidade; entre outras.

A terceira diferença está relacionada com a questão dos guias analisados apresentarem narrativas diferenciadas quanto ao património em causa. Essas diferenças não terão tanto a ver com a época, mas sim com outras questões, tais como: o afeto do autor em relação à Igreja e Torre dos Clérigos; o facto de o editor ser individual ou ser institucional; os propósitos do guia; etc. A ligação afetuosa do autor em relação ao património que está a oferecer, segundo Nuno Rosmaninho (2009) não deve ser entendida como uma coisa negativa. Para o autor, o património designa afeto, uma vez que a sua preservação e a sua oferta tem como objetivo principal mostrar a sua riqueza. Contudo, o autor alerta para o facto de o uso imoderado dos adjetivos quando se oferece o património poder contribuir para a sua desvirtuação. No presente estudo, o afeto do(s) autor(es) em relação ao património que está a oferecer é manifesto, por exemplo, em Carlos Magno (2001, pp. 32-33) – jornalista portuense – que refere que “nem a inclinada Pisa, nem a londrina carcereira, nem a elegante Paris têm uma torre assim. Tão discreta e exuberante ao mesmo tempo. Uma torre que resume toda a cidade. Só no Porto

é possível uma senhora destas”. Por outro lado, nos guias de informação turística promovidos por instituições – por exemplo, os da Câmara Municipal do Porto – a demonstração de afeto em relação ao conjunto dos Clérigos, bem como a adjetivação do mesmo, são praticamente inexistentes. O presente trabalho não ambiciona julgar qual a opção mais correta, porém permite constatar que em ambos os estilos o objetivo é similar: tentar valorizar e oferecer o património do conjunto dos Clérigos.

3.2. Imaginário do Porto

Uma ideia que merece ser discutida é a questão do conjunto arquitetónico dos Clérigos – fundamentalmente, a Torre – ajudarem na construção do imaginário da cidade do Porto. Aliás, a Torre dos Clérigos enquanto símbolo da cidade está patente em várias referências dos guias analisados. Os episódios do golpe de publicidade – “um chá nas nuvens” – e o da colocação da bandeira no topo da Torre não são fruto do acaso, pois os seus impulsionadores utilizaram a Torre por ser um símbolo e um lugar central da cidade do Porto. O poema *Ao Visitante* de Luís Veiga Leitão é exemplo disso também, pois a Torre dos Clérigos figura nos elementos que autor utiliza para apresentar a cidade do Porto a quem a visita. Para além da Torre, o autor, entre outros elementos, inclui o rio Douro e a sua a foz, o vinho do Porto, a zona histórica da Ribeira e o estilo de linguagem associado aos portuenses – todos eles elementos amplamente aceites e utilizados para caracterizar a cidade do Porto. Também em postais de recordação da cidade do Porto é habitualmente utilizada a Torre dos Clérigos como símbolo da cidade.

Segundo Smith (1991, citado por Edensor, 2002, p. 45), as nações fornecem aos indivíduos *sacred centres* – objetos de peregrinação espiritual e histórica –, que contribuem para a singularidade da geografia moral da nação. Estes símbolos espaciais, normalmente, estão relacionados com os seguintes

motivos: (i) eventos históricos; (ii) provas de culturas passadas (por exemplo, *Taj Mahal* e *Stonehenge*); (iii) para comemorar episódios relevantes para história nacional (por exemplo, Arco do Triunfo e Estátua da Liberdade); (iv) para celebrar a modernidade da nação (por exemplo, *Empire State Building* e *Sidney Opera House*); (v) ou para simbolizar o poder do estado (por exemplo, os edifícios do parlamento e da justiça existentes em grande parte das nações) (Edensor, 2002, p. 45). Habitualmente, cada nação possui um conjunto de atrações simbólicas relacionadas, e que de acordo com Johnson (1995, p. 63, citado por Edensor, 2002, pp. 45-46) constituem “pontos de orientação física e ideológica” e contribuem para a organização dos “circuitos de memória”. Considerando o exemplo de um visitante na cidade de Paris: a sua viagem geralmente envolve a observação de um conjunto de lugares emblemáticos como a Torre Eiffel, a Catedral de Notre Dame, o Museu do Louvre, os Champs Elysees, etc. (Edensor, 2002, p. 46). Como refere Edensor (2002, p. 46), estes lugares emblemáticos atuam duplamente – sobre os visitantes estrangeiros e sobre os residentes em França. Nos primeiros ajuda a construir o imaginário sobre a França, nos segundos ajuda a construir a ideia sobre a *Frenchness* e sobre a república francesa.

Relativamente ao caso específico do objeto de estudo, pode considerar-se que o conjunto dos Clérigos consiste também num espaço simbólico da cidade do Porto. A sua construção está ligada à Irmandade dos Clérigos, isto é, está ligada fundamentalmente ao poder eclesiástico da cidade do Porto. Pode até admitir-se que a ideia inicial dos promotores da obra não fosse demonstrar o seu poder ou a sua grandeza, mas o resultado da sua obra contribuiu para tal. O conjunto dos Clérigos ajuda também na construção do imaginário da cidade do Porto, quer dos visitantes, quer dos residentes. Sobre os visitantes, enquanto monumento singular, atua como elemento identificativo da cidade do Porto. Aos residentes surge como uma referência, atuando como elemento identitário. Vale a pena

salientar que o conjunto dos Clérigos não atua isoladamente neste processo de construção do imaginário da cidade, uma vez que concorre com outras atrações simbólicas – a Casa da Música, o Museu Soares dos Reis, Serralves, a Sé do Porto e as Caves do vinho do Porto, etc. O visitante da cidade do Porto contempla habitualmente um conjunto de atrações simbólicas e, por conseguinte, todas elas contribuem – ainda que em diferente medida – para a construção do imaginário da cidade.

3.3.O problema do estilo barroco

Uma outra ideia a ser discutida é a questão da arte e arquitetura barroca presente no conjunto dos Clérigos. De acordo com Harris (2006), o termo barroco significa uma pérola disforme, e originalmente era usado com conotações depreciativas. Para Harris, o barroco é aplicado à arquitetura, escultura e pintura produzidas entre 1575-1750. O autor acrescenta que a arte e a arquitetura barroca, pelo menos nas suas fases iniciais, estão fortemente ligadas ao movimento da Contrarreforma da Igreja Cristã Ocidental. Harris refere ainda que a arte barroca funcionava inicialmente como um mecanismo de propaganda eclesiástica, mencionando que o movimento barroco foi apoiado pela maioria dos países católicos europeus. A autora Natália Alves (1989) defende também que o barroco surge como uma das principais formas da Igreja contrarreformista defender e afirmar os princípios fundamentais da fé. A autora enuncia que o barroco se propaga por toda Europa, e que a sua principal ambição é apelar aos sentidos dos fiéis. Contudo, Arnold Hauser (1999) acrescenta que, apesar de o barroco ter sido essencialmente um movimento europeu, existiram variâncias na sua aplicação por parte dos diferentes países.

Em Portugal, no reinado de D. João V (1706-1750) é visível a presença da influência do barroco romano, que começa primeiro em Lisboa e depois se alastra um pouco por todo o país (Marques & Antu-

nes, 1991). Na cidade do Porto, o responsável pela adoção do barroco é o Cabido e Deão portuense (D. Jerónimo de Távora e Noronha), que entre 1717-1741 é o responsável pelo governo do bispado do Porto (Marques & Antunes, 1991). De acordo com Robert Smith (citado por Pereira, 1986, pp. 108-109), a Igreja dos Clérigos é a primeira igreja barroca da cidade do Porto. José Pereira (1986, p. 109) afirma que é intencional a Igreja dos Clérigos (e mais tarde a Torre) ter sido construída num dos locais mais elevados da cidade, para a “igreja irradiar o seu poder visual, prestigiando a Irmandade e a própria cidade”. Pereira (1986, p. 115) considera também que a Torre dos Clérigos consiste na principal obra de Nasoni e da arquitetura barroca da cidade do Porto, funcionando como um símbolo da cidade e do poder do clero – o principal grupo social da cidade naquela época e o único capaz de empreender tal obra.

Para Natália Alves (1989) quando se fala do barroco da cidade do Porto é necessário destacar a talha dourada, na qual o catolicismo encontrou uma magnífica expressão artística. A talha desenvolveu-se em Portugal durante os séculos XVII e XVIII, devido à prosperidade decorrente do ouro vindo do Brasil. Para a autora, na cidade do Porto, a talha dourada tem um particular efeito devido à cidade ser cinzenta, por causa da forte presença do granito nas suas construções e do nevoeiro intenso e vulgarmente presente. A autora acrescenta ainda que a talha dourada é uma das expressões artísticas que melhor representa a adesão ao barroco. O principal objetivo da talha resumia-se na glorificação de Deus através do estímulo dos sentidos dos fiéis.

Assim sendo, não se pode entender o conjunto arquitetónico dos Clérigos sem contextualizar a época em que foi concebido e erigido. Conforme se acabou de constatar, o conjunto arquitetónico dos Clérigos surgiu na época barroca, cujo objetivo principal era a difusão eclesíástica através do estímulo dos sentidos dos fiéis. Esta era ainda uma época economicamente favorável para Portugal – decorrente do ouro proveniente do Brasil.

3.4. Duas curiosidades sobre a Torre dos Clérigos

Germano Silva (2013, pp. 100-101) destaca dois factos curiosos relativos à Torre dos Clérigos, os quais não são referidos nos guias de informação turística analisados. O primeiro está relacionado com o funcionamento do relógio colocado no cimo da Torre. Antes, o referido relógio funcionava através de uma engenhoca composta por um morteiro, um gatilho de revólver, um fio de norte e uma lente. Este conjunto era denominado por ‘meridiana’. De acordo com Germano Silva, “quando o sol do meio-dia (daí o nome da engenhoca) incidia sobre a lente, queimava o fio que soltava o gatilho que fazia detonar o morteiro”. Assim, quando os lojistas ouviam o estrondoso barulho provocado pelo morteiro (situado no topo da Torre), sabiam que eram a hora de almoço. No Museu da Torre dos Clérigos está guardado parte desse curioso engenho. O segundo facto diz respeito ao telégrafo que funcionou na Torre dos Clérigos, fruto de um acordo estabelecido entre a Irmandade dos Clérigos e a Associação Comercial do Porto. Havia um vapor, apelidado de ‘Mala Inglesa’, que trazia mercadorias para os comerciantes portuenses e, fundamentalmente, as letras de câmbio para o pagamento de anteriores transações comerciais. Este vapor vinha ao Douro uma vez por mês e a sua chegada era aguardada com bastante ansiedade, porque significava que os mercadores portuenses – a sua maioria tinha negócios com Inglaterra – iriam receber as letras e que novas encomendas embarcariam. Assim, devido à importância deste acontecimento mensal para o comércio portuense e à necessidade destas operações ocorrerem sem atrasos e falhas, a Associação Comercial do Porto estabeleceu em parceria com a Irmandade dos Clérigos o seguinte mecanismo de comunicação: quando o vapor estivesse a um dia de viagem, informava através do telégrafo a Associação Comercial do Porto e esta em conjunto com a Irmandade dos Clérigos faziam subir ao topo da Torre uma vara com duas bandeiras, uma em cada topo. A subida das bandeiras era o sinal que os mercado-

res esperavam, pois sabiam que no dia seguinte o vapor subiria o rio Douro.

Os dois factos salientados por Germano Silva têm um duplo interesse. Em primeiro lugar, permitem demonstrar a ideia de que o património cultural não se cinge só ao edificado (ao visível, ao material), pois o não-edificado (o invisível, o imaterial) também é de extrema importância para se entender o património. Em segundo lugar, indica que o património é uma ‘coisa’ bastante ampla e que, para além da informação oferecida pelos guias de informação turística analisados, existe outra de igual relevância – às vezes, até superior – que não foi considerada.

3.5. Pormenor biográfico de Nicolau Nasoni

Uma informação adiantada por Joel Cleto (2013) ajuda a clarificar a vinda de Nicolau Nasoni, a principal figura da Igreja e Torre Clérigos referida nos vários guias. A maioria dos guias refere que Nasoni veio para o Porto, a convite de D. Jerónimo de Távora e Noronha, para trabalhar nas obras da Sé. Contudo, não mencionam que o grande motivo para a sua rápida vinda para a cidade portuense pode ter estado ligada à necessidade de Nasoni escapar ao cárcere iminente na ilha de Malta. Como foi anteriormente mencionado, antes de vir para o Porto, Nasoni trabalhava em Malta como pintor – onde se destacam as suas pinturas no Palácio *Magistrale* da Ordem dos Cavaleiros, em *La Valletta*. De acordo com Cleto (2013, p. 107), a sua curta permanência em Malta está associada à sua “excessiva” relação com o dinheiro, a qual conduziu ao despoletar de graves problemas com a Inquisição. O artista italiano chegou mesmo a exigir ao Tribunal Eclesiástico o pagamento de alguns trabalhos que concretizou mas sobre os quais não foi ressarcido. Todavia, os seus argumentos foram considerados excessivos e, por conseguinte, foi acusado de blasfémia e encarcerado na prisão de *Vittoriosa*. Devido a tal imbróglio, considera-se que a rápida vinda de Nasoni para o Porto se tratou de uma verdadeira fuga, uma vez que ab-

dicou de tudo o que lhe era devido. Suspeita-se que o português António Manuel de Vilhena, na época o Grão-Mestre da Ordem de Malta, ajudou Nasoni na fuga devido a ser um admirador da sua arte.

Apesar de haver outros episódios semelhantes, o episódio referido por Joel Cleto ajuda a perceber dois pontos. O primeiro é que a informação veiculada pelos guias turísticos necessita, por vezes, de ser refinada. No presente estudo, devido à análise conjunta dos vários guias, efetuou-se o cruzamento e o teste dos conteúdos informativos – não se encontrou nada de grave, apenas algumas imprecisões relativas a datas. O segundo é que o entendimento do património dificilmente está completo e permanece imutável ao longo do tempo, pois novas informações e novas abordagens podem contribuir para alteração da forma como se ‘olha’ para o património.

3.6. O turismo e o património cultural

De acordo com Murphy (1997), os elementos patrimoniais e culturais são dos principais fatores motivadores de turismo. Pearce (1989) concorda com esta posição e refere ainda que estes elementos podem contribuir para o desenvolvimento das comunidades onde se insere o património desde que sejam alvo de uma utilização correta por parte do turismo. Jeffries (2001) frisa também que o património e a cultura são fatores-chave para o turismo, e acrescenta que devido à sua grande potencialidade de emprego e crescimento, o seu desenvolvimento tem sido apoiado pelos fundos estruturais europeus.

A relação entre o património cultural e o turismo pode ser clarificada com o recurso às definições de turismo, as quais podem perspetivar o turismo pelo «lado da procura» ou pelo ‘lado da oferta’. Segundo Costa (2005), as definições pelo ‘lado da procura’ – onde se destacam as de Cooper, Fletcher, Gilbert, Shepherd e Wanhill (1998), Leiper (1979, 1990), Mathieson e Wall (1982) e Murphy (1985) –, em termos gerais, consideram o turismo como o estudo do movimento das pessoas para fora das

suas áreas de residência e por períodos superiores a vinte e quatro horas, devido a um conjunto de motivações centrais ligadas, fundamentalmente, a fatores sociais, culturais, patrimoniais, ambientais e económicos. Já relativamente às definições pelo 'lado da oferta', o mesmo autor refere que surgem com o intuito de apurar o valor e o peso reais do turismo em termos da atividade económica. De acordo com Smith (1989) – o primeiro autor a apresentar uma definição deste tipo –, embora o turismo consista na movimentação de pessoas, deve ser entendido como um conjunto de atividades de negócio que direta ou indiretamente fornecem bens ou serviços que suportam as atividades de lazer e recreio realizadas pelas pessoas fora dos seus locais de residência habitual.

Segundo Costa (2005), o turismo perspectivado consoante as definições pelo 'lado da procura', apesar de conceptualmente enfatizar as questões patrimoniais e culturais, não conseguiu revesti-las da importância que detêm efetivamente no sistema de turismo. O mesmo autor refere que inicialmente a conceção do turismo pelo 'lado da oferta' e de acordo com uma ótica empresarial foi olhada com desconfiança em relação às questões do património e cultura, por se recear que fossem excluídas das prioridades do sector. Acrescenta ainda que este cenário dificilmente se concretizará e que esta perspectiva do turismo pode potenciar o valor do património e da cultura.

A tarefa do turismo de oferecer o património não se revela fácil. Por um lado, tem que lidar com as diferentes sensibilidades do turista, um ator social complexo e altamente diferenciado. Quando procuram o património, os turistas têm ambições diferenciadas: uns privilegiam a dimensão arquitetónica (material); outros valorizam mais as dimensões histórica, social e religiosa (imaterial). Por outro lado, necessita de garantir que oferece uma visão completa e abrangente do património, pois, como Rosmaninho (2009) defende, a sua simplificação significaria a diminuição do seu valor e contribuiria para a sua destruição. Acresce ainda a questão do

turismo na oferta do património não poder descurar os seus impactos no património e na comunidade e o facto de ser uma atividade económica geradora de valor. Resumindo, a oferta do património pelo turismo exige planeamento e coordenação para garantir o equilíbrio entre estas três dimensões apresentadas pois a não contemplação de qualquer uma levará à destruição do património.

Os estudos sobre a competitividade dos destinos são úteis para ajudar a perceber a importância do planeamento e de uma abordagem integrada na oferta do património cultural pelo turismo. Por vezes, certos destinos, ricos em património cultural e histórico, não conseguem obter proveitos dessa riqueza, porque a promoção e gestão dos recursos são ineficientes. Buhalis (2000) sublinha que os diferentes serviços e produtos oferecidos por um destino estão ligados a uma marca e, por isso, as *Destination Marketing Organization* devem ter a seu cargo as responsabilidades do planeamento e marketing para evitar a ocorrência situações como essa. Autores como Crouch e Ritchie (1999) e Hassan (2000) salientam que os destinos devem promover uma estratégia sustentável de exploração dos seus recursos – sem um compromisso de sustentabilidade, os destinos deixarão de ser atrativos e tornar-se-ão inviáveis do ponto de vista económico. Em suma, a competitividade de um destino envolve uma multiplicidade de fatores. Possuir património cultural não é suficiente para um destino turístico ter sucesso, é também necessário criar um conjunto alargado de condições – muitas delas não diretamente relacionadas com o turismo – para a atividade turística florescer.

4. Conclusão

A ideia de que o património cultural não se limita somente ao edificado é de extrema importância para o seu entendimento. Quando se analisa o património, é necessário ir para além do que é edificado para

se evitar uma visão parcial do património em causa. É imperativo ‘desmontar’ o património, ou seja, é preciso ir para além do que é visível aos nossos olhos. É necessário identificar e perceber as lógicas por detrás do património observado para se oferecer o património numa perspetiva abrangente, considerando as suas múltiplas dimensões. Na oferta do património cultural pelo turismo também devem ser contemplados os impactos (positivos e negativos) gerados por tal atividade.

Relativamente ao conjunto arquitetónico dos Clérigos, como se verificou anteriormente, possui um conjunto de dimensões a si associadas – entre outras, histórica, económica, sociológica, turística, arquitetónica, política, religiosa e antropológica. Deste modo, quando se oferece ao turista o conjunto dos Clérigos é imperativo contemplar as suas várias dimensões, para que não se transmita uma visão parcelar do património em questão. No caso de se oferecer ao turista uma visão simplificada, está-se a diminuir a riqueza do património do conjunto dos Clérigos. Na oferta deste património não pode somente estar presente, por exemplo, a dimensão arquitetónica, pois não se contemplariam nem entenderiam as vivências que ocorreram em torno do conjunto dos Clérigos durante os 250 anos da sua existência. Desta forma, quando se oferece aos turistas o património dos Clérigos, é bastante útil incluir episódios semelhantes aos identificados ao longo do estudo, bem como as lógicas que estão por detrás do que é visível. Só assim será possível captar as múltiplas formas de olhar para os Clérigos e como estas se alteraram ao longo do tempo. Por exemplo, enquanto uns olharam para conjunto arquitetónico dos Clérigos e gostaram do seu cariz barroco, outros criticaram ou omitiram tal matriz barroca. Estas múltiplas formas de olhar e a sua constante mutação derivam do facto do observador do património estar inserido num contexto social, cultural, histórico e político.

Neste estudo, foi discutido um conjunto amplo de questões relativas à oferta do património cultural por parte do turismo, utilizando-se o conjunto

arquitetónico dos Clérigos para ajudar a ancorar tal problematização. Todavia, essas ideias e conseqüentes hipóteses carecem de ser confrontadas com a realidade empírica de forma a serem validadas cientificamente.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Professor Nuno Rosmaninho (Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro) os seus úteis comentários.

Referências bibliográficas

- Albessard, J. (Ed.). (2001). *Porto*. Porto: Civilização.
- Almeida, Á., & Belo, D. (Eds.). (2006). *Portugal património: Guia-inventário* (Vol. I). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Alves, N. (1989). *A arte da talha no Porto na Época barroca: Artistas e clientela, materiais e técnica* (Vol. I). Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto.
- Barbosa, F. (1864). *Elucidário do viajante no Porto*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Buhalis, D. (2000). Marketing the competitive destination of the future. *Tourism Management*, 21(1), 97-116.
- Cleto, J. (2013, Abril). A morte miserável de Nasoni. *O Tripeiro*, IV, 106-107.
- CMPorto. (1994). *Porto: A vintage destination*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- CMPorto. (2001). *Porto recorridos: Medieval, barroco, neoclássico, azulejo*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- CMPorto. (2012). *Porto percursos: Medieval, barroco, neoclássico, azulejo*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Cooper, C., Fletcher, J., Gilbert, D., Shepherd, R. & Wanhill, S. (Eds) (1998). *Tourism: Principles and Practices* (2nd ed). Essex: Addison Wesley Longman.
- Costa, C. (2005). Turismo e cultura: Avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000). *Análise Social*, 40(175), 279-295.
- Costa, L. (2013, abril). Vamos tomar um chá nas nuvens? *O Tripeiro*, IV, 98-99.
- Couto, J. (1992). *O Porto em 7 dias: Uma visita guiada à cidade*. Porto: Edições Utopia.
- Crouch, G., & Ritchie, J. (1999). Tourism, competitiveness, and societal prosperity. *Journal of Business Research*, 44(3), 137-152.
- Dionísio, S. (Ed.). (1964). *Guia de Portugal: Entre Douro e Minho – Douro Litoral* (Vol. IV). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Duarte, R., & Ferreira, L. (2007). Igreja e Torre dos Clérigos. Amadora: Tugaland.
- Edensor, T. (2002). *National Identity, popular culture and everyday life*. Oxford & New York: Berg.

- Lopes, F. (Ed.). (1895). *Guia do forasteiro no Porto e Província do Minho*. Porto: F. Lopes.
- Fonseca, S., Fonseca, S., & Veloso, P. (2009). *Porto: Guia turístico TOUAQUI*. Maia: Objecto Anónimo.
- Frias, A. (2003). Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra: Lógica das tradições e dinâmicas identitárias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 81-116.
- Harris, J. (2006). *Art history: The key concepts*. London: Routledge.
- Hassan, S. (2000). Determinants of market competitiveness in an environmentally sustainable tourism industry. *Journal of Travel Research*, 38(3), 239-245.
- Hauser, A. (1999). *Social history of art: Renaissance, mannerism, baroque* (Vol. II). London: Routledge.
- Jeffries, D. (2001). *Governments and tourism*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Leiper, N. (1979). The framework of tourism. *Annals of Tourism Research*, 6(4), 390-40.
- Leiper, N. (1990). *Tourism systems*. Massey University Department of Management Systems Occasional, Paper 2, Auckland.
- Magalhães, L., & Charters, M. (Eds.). (1999). *Porto tips*. Lisboa: TUPLUB Turismo e Publicações.
- Magno, C. (2001). Ponto de exclamação. In J. A. Saraiva & J. A. Lima (Eds.), *Guia do Porto*. Porto: Porto 2001 Capital Europeia da Cultura.
- Marques, M., & Antunes, M. (Eds.). (1991). *A talha do Porto: Do maneirismo ao rococó*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Mathieson, A., & Wall, G. (1982). *Tourism: Economic, Physical and social impacts*. Harlow: Longman.
- Medina, G. (1980). *Portugal – Lisboa, Queluz, Sintra, Mafra, Alcobaca, Batalha, Coimbra, Porto: Roteiro Turístico, Artístico e Histórico*. Rio de Janeiro.
- Miranda, C. (Ed.). (1987). *Guia turístico cultural e artístico de Portugal*. Sacavém: Polimpresso.
- Murphy, P. (1985). *Tourism: A community approach*. London: Methuen/Routledge.
- Murphy, P. (Ed.) (1997) *Quality management in urban tourism*. Chichester: John Wiley and Sons.
- Pacheco, H. (1992). *Porto*. Porto: Presença.
- Pearce, D. (1989). *Tourist development*. Harlow: Longman.
- Pereira, J. (1986). *Arquitectura barroca em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Pereira, J. (Ed.). (2007). *O Porto a pé: Um guia para o ajudar a descobrir a cidade*. Porto: Jornal de Notícias/PORTGÁS.
- Pimentel, A. (1877). *Guia do viajante na cidade do Porto e seus arrabaldes*. Porto: Livraria Central.
- Rosmaninho, N. (2009). *Relatório da disciplina património e identidade: Aspectos da reivenção de Portugal nos séculos XIX e XX*. Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Sequeira, E. (1902). *Guia illustrado do Porto*. Porto: Livraria Magalhães & Moniz.
- Silva, G. (2013, Abril). O lado útil da Torre dos Clérigos. *O Tripeiro*, IV, 100-101.
- Silva, P. (Ed.). (1986). *Guia INFOTOUR: Guia informativo da cidade do Porto*. Porto: INFOTOUR.
- Smith, S. (1989). *Tourism analysis: A handbook*. Harlow: Longman.
- Torgal, A., & Ferreira, M. (Eds.). (2001). *Ao Porto: Colectânea de poesia sobre o Porto*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Veloso, P., Fonseca, S., & Fonseca, S. (2012). *Porto e Norte de Portugal*. Maia: s.e.